



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA



Parecer Prévio nº 003-A/2023/JUR/PMC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0002/2023
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão eletrônico 0002/2023
INTERESSADO: Comissão Permanente de Licitação-CPL
ASSUNTO: Análise jurídica do processo licitatório.

PARECER JURÍDICO Nº 003-A/2023

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LEI Nº 10.520/2002; LEI Nº 10.024/2019 E LEI Nº 8.666/93. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CABACEIRAS-PB. ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO. EDITAL E SEUS ANEXOS. MINUTA DE CONTRATO. POSSIBILIDADE LEGAL.

I. SITUAÇÃO FÁTICA

A Assessoria Jurídica deste Município foi instada a analisar o edital de licitação na modalidade pregão eletrônico cujo objeto é o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA OS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, conforme especificações e quantitativos descritos no termo de referência presente no edital.

O Processo Administrativo sob o nº 003/2023 encontra-se instruído com os seguintes documentos:

- a) ATO DE DESIGNAÇÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO;
- b) COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DO PREGOEIRO;
- c) SOLICITAÇÃO DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO AO PREFEITO PARA A AQUISIÇÃO PRETENDIDA ATRAVÉS DE LICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO;
- d) ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO;
- e) APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;
- f) TERMO DE REFERENCIA;
- g) APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA;
- h) PESQUISA DE MERCADO: CONSULTAS DE PREÇOS;
- i) DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA;
- j) AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME;
- k) PROTOCOLO E AUTUAÇÃO DO PROCESSO;

Grato



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA

1) MINUTA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS.



Diante do que consta nos autos, a Comissão Permanente de Licitação-CPL solicita assim a emissão de Parecer a respeito da adequação dos fatos descritos aos condicionamentos legalmente estabelecidos no processo licitatório em questão.

É o breve relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Observa-se que, no caso em tela, o mecanismo escolhido para a futura contratação foi o Pregão, na modalidade eletrônica, com critério de julgamento MENOR VALOR POR ITEM, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto nº 10.024/2019.

O art. 1º da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão) esclarece que para "aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade pregão [...]". Nesse sentido, o pregão é a modalidade licitatória definida para aquisição de bens e serviços comuns, cujos padrões mínimos de qualidade serão previamente estipulados no instrumento convocatório. A finalidade do diploma legal é a de propiciar maior celeridade e eficiência no processo de seleção de futuros contratados.

Pela leitura do processo, constatamos que o objeto do processo em análise pode ser classificado como "comum", tendo em vista que não se trata de objeto de maior complexidade e que não possui nenhuma especificidade que prejudique a elaboração da proposta.

A Lei do Pregão deve ser compreendida com a aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações). Por essa razão, as minutas dos editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinados e aprovados pela Assessoria Jurídica da Administração, nos termos do parágrafo único do Art. 38 da Lei nº 8.666/1993 e do Art. 9º da Lei nº 10.520/2002. Assim vejamos:

Lei nº 8.666/1993

"Art. 38. O procedimento de licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(-)

Parágrafo único. "As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração"

Ademais,

Lei nº 10.520/2002:

Art. 9º. Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA



Consoante aduz o Art. 8º do Decreto nº 10.024/19 que os documentos que devem ser observados para a realização de pregão eletrônico, Vejamos:

“ Art. 8º. O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - estudo técnico preliminar, quando necessário;

II - termo de referência;

III - planilha estimativa de despesa;

IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;

VII - edital e respectivos anexos;

VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

IX - parecer jurídico; [...]”

Nessa esteira, segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, no que se refere ao edital, este é o ato pelo qual a Administração divulga as regras a serem aplicadas em determinado procedimento de licitação. O que nele estiver estabelecido deve ser rigorosamente cumprido, sob pena de nulidade, tratando-se, portanto, da aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Nesse sentido, o art. 41 da Lei nº 8.666/93 expressa que a Administração não pode descumprir as normas e as condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Assim, ao analisar o presente edital, verifica-se que o Processo Licitatório observa todos os requisitos insculpidos em lei em seu art. 40 da referida legislação.

Ademais, o art. 2º do Decreto Federal nº 10.024/2019 aduz que o pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

Portanto, estando a Administração Pública vinculada ao instrumento convocatório deve a ele obedecer aos requisitos de seu conteúdo.

Por tudo que foi explanado, observamos que figuram, no presente edital, o objeto da licitação, o preço e as condições de reajuste, prazo, critério de julgamento, todos constantes no art. 40 da Lei nº 8.666/93, bem como a minuta do contrato, o orçamento estimado de quantitativos e preços unitários, e ainda há as condições para o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsão da Lei Complementar nº 123/2006.

Grande



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS ASSESSORIA JURÍDICA

III – CONCLUSÃO



Diante de todo exposto, opina esta Assessoria Jurídica pela **APROVAÇÃO** da minuta do edital e seus anexos, por estarem de acordo com os ditames legais, oportunidade em que nos manifestamos pelo prosseguimento do presente processo para a realização do certame licitatório na modalidade pregão eletrônico sob o n° 003/2023.

Em cumprimento ao Princípio da Publicidade, ao art. 5° da Lei de Acesso às Informações (Lei n° 12.527/11) e aos artigos 20 e 21 do Decreto Federal n° 10.024/2019, deve-se publicar o Aviso da Licitação em Órgão de Imprensa Oficial, obedecendo aos prazos legais, e em seguida recomenda-se a juntada do comprovante da referida publicação a este processo administrativo. Tudo isso para atender ao previsto no Art. 4° da Lei n. ° 10.520/2002, senão vejamos:

Art. 4°. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I – a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2°; [Grifo nosso]

Fica clarificante que a Administração Pública deve respeitar a todas as etapas da realização do procedimento licitatório, desde a abertura do processo administrativo, para garantir a lisura do certame.

Apenas uma sugestão à CPL, no que tange à minuta do contrato: que a cláusula que trata das **obrigações do contratante e contratado** sejam descritas no referido documento e não apenas faça menção aos termos que constam no edital.

Vale ressaltar, por fim, que as questões de natureza técnicas não são objeto de análise na presente consulta.

É o parecer.

À apreciação superior.

Cabaceiras (PB), 09 de janeiro de 2023.

JOSEFA GILZANE LERCIANE CASTRO FARIAS

Assessora Jurídica
OAB/PB 21.109

VIVIANE AMARAL DO Ó

Assessora Jurídica
OAB/PB 20.663



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS
ASSESSORIA JURÍDICA

Parecer conclusivo nº 003-B/2023JUR/PMC.

Processo Administrativo nº 002/2023.

Pregão Eletrônico nº 002/2023.

Setor requisitante: Comissão Permanente de Licitação-CPL.

Objeto: Sistema de registro de preços para eventual aquisição de pneus e câmaras de ar de forma parcelada para atender as necessidades desta municipalidade

PARECER JURÍDICO Nº 003-B

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CABACEIRAS-PB. APLICAÇÃO DAS LEIS Nº 10.520/2002 E Nº 8.666/1993. CUMPRIMENTO DOS ASPECTOS LEGAIS.

Vêm a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de Parecer conclusivo acerca do cumprimento da legalidade referente à realização do Pregão Eletrônico dos autos do procedimento licitatório epigrafado, que objetivou o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS DE CABACEIRAS-PB.**

Com vistas à instrução do Processo Administrativo, foram anexados aos autos, em resumo, os seguintes documentos:

- Requisição de Abertura do Senhor Secretário de Administração do Município;
- Termo de Referência;
- Consultas de Preços;
- Autorização para abertura do procedimento licitatório;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS ASSESSORIA JURÍDICA

- Declaração firmada pela Sr. Secretário de Finanças, no sentido de que a despesa "existe adequação orçamentária e financeira, neste exercício são suportáveis pela dotação orçamentária prevista para esta Unidade Administrativa";
- Cópia do ato de designação do Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio;
- Minuta do Edital e anexos;
- Publicações;
- Comprovante de retirada de Edital;
- Documentos de Credenciamento, Proposta de Preços e Documentos de Habilitação das Empresas participantes do certame;
- Histórico de lances;
- Ata de Sessão Pública;
- Quadro de resultados;

Preliminarmente, salienta-se que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data nos autos do processo administrativo em epígrafe, pelo que, incumbe, a este órgão de Assessoramento Jurídico prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na avaliação da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Comissão Permanente de Licitação, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O Art. 38 da Lei nº. 8.666/1993 na redação que lhe foi dada pela Lei nº. 8.883/1994, de aplicação subsidiária ao pregão, segundo preceitua o Art. 9º. De sua lei de regência (Lei nº. 10.520/2002), *in verbis*:

Lei nº. 8.666/1993

"Art. 38. O procedimento de licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração"

Lei nº. 10.520/2002

Art. 9º. Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Considerando a natureza do certame licitatório, no qual o Edital situa-se como uma das peças de um processo, com necessários atos anteriores e posteriores, não pode o mesmo ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS
ASSESSORIA JURÍDICA

analisado como se fosse uma peça autônoma apta a produzir efeitos por si só, exigindo uma interpretação além da mera literalidade do parágrafo único do Art. 38 da Lei nº. 8.666/1993.

Dentro deste entendimento, compulsando os autos, vale mencionar que fora apresentado anteriormente por esta Assessoria Jurídica parecer favorável às minutas do edital e seus anexos. Corroborando assim com o posicionamento acima exposto.

Desta forma, partimos para a análise do procedimento em si, de forma mais abrangente emitindo um segundo Parecer, ato este que objetiva uma maior legalidade e transparência dos procedimentos licitatórios.

Passemos então a análise as etapas da licitação em si:

1. DA LICITAÇÃO:

1.1	TIPO:	MENOR PREÇO POR ITEM
1.2	SUPORTE LEGAL	LEI Nº. 10.520/, LEI Nº. 8.666/1993, ALTERAÇÕES POSTERIORES
1.3	AUTORIDADE AUTORIZADORA:	TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA - PREFEITO

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1	CÓDIGO DA DESPESA:	ÓRGÃO: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02101 - GABINETE DO PREFEITO. PROGRAMA DE TRABALHO: 04.122.2001.2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.301 SUB-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PROGRAMA DE TRABALHO: 04 122 2001 2003 DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTOS PROGRAMA DE TRABALHO: 12.361.1006.2005 - DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (MDE). UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02701 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE. PROGRAMA DE TRABALHO: 20.122.1009.2040 - DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA AÇÃO RURAL E MEIO AMBIENTE. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06001 SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PROGRAMA DE TRABALHO: 10.122.1008.2017 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (RECURSOS PRÓPRIOS). UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07001 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FUNDO MUNIC. DE DESENV. SOCIAL. PROGRAMA DE TRABALHO: 08.122.1011.2029 - DESENVOLVER AS ATIVIDADES SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. PROGRAMA DE TRABALHO: 08.243.1011.2031 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (SCFV / PR / CRAS).
-----	--------------------	---

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS
ASSESSORIA JURÍDICA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.801 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.
PROGRAMA DE TRABALHO: 15 122 1003 2035 DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.
NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39.00 - OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURÍDICA.

3. DA PUBLICIDADE

3.1	EDITAL:	<ul style="list-style-type: none"> • Composto por 27 Cláusulas; • Anexo I – Termo de Referência; • Anexo II – Modelo de Declarações; • Anexo III – Modelo de Declaração de Regularidade; • Anexo IV – Minuta do Contrato
3.2	ATO CONVOCATÓRIO:	<ul style="list-style-type: none"> • Publicações: • Jornal A União; • Diário Oficial do Estado • FAMUP.

4. DO PREGOEIRO:

4.1	NOME:	JOSÉ ALEXANDRE FILHO
4.2	PORTARIA DE NOMEAÇÃO:	1007/2023 - 06/01/2023

5. DO(S) PROPONENTE(S) / VENCEDORA(ES):

PESSOA JURÍDICA / CNPJ / VALOR TOTAL
<p>GRANPECAS – COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PECAS, RETIFICA E SERVICOS LTDA. 04.906.156/0001-97 Valor: R\$ 142.500,00</p>
<p>- JOSEMAR DE SOUSA CAVALCANTE FILHO. 10.460.133/0001-02 Valor: R\$ 213.875,00</p>
<p>- M. M. C. B. SERVICOS DE OFICINA EIRELI. 20.226.553/0001-74 Valor: R\$ 70.700,00</p>
<p>- O CEARENSE DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA. 02.044.971/0001-69 Valor: R\$ 111.645,00</p>
<p>- SEMEA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA.</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS
ASSESSORIA JURÍDICA

14.118.455/0001-10

Valor: R\$ 172.027,60

Total: R\$ 710.747,60

6. DOS ASPECTOS LEGAIS:

No que se refere ao cumprimento dos aspectos legais, esta Assessoria Jurídica Constatou:

6.1 QUANTO À INSTAURAÇÃO DO PROCESSO:

- a) Foi feita solicitação da Unidade Competente para abertura de licitação, com esteio na exigência da Lei n.º 8.666/1993, Art. 38.
- b) Houve autorização por agente competente para promoção da licitação, com fundamento na Lei n.º 10.520/2002, Art. 3º I.
- c) Portaria que nomeou o Pregoeiro e Equipe de Apoio, com base na Lei n.º 10.520/2002, Art. 3º, IV e 38 da Lei n.º 8.666/1993.

6.2 QUANTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO

- a) A modalidade de licitação foi determinada nos termos da Lei n.º 10.520/2002 – consoante o Edital e seus anexos e legislação correspondente.
- b) Planilha de quantitativos de preços – mapa comparativo e preços entre 3 (três) empresas do ramo.
- c) Propostas vencedoras, conforme exigência da Lei n.º 8.666/1993, Art. 38º.
- d) Documentos referentes à habilitação dos concorrentes, conforma a Lei n.º 8.666/1993, Arts. 27 e 29 – Documentos da Regularidade Fiscal, anexos aos autos.

6.3 QUANTO AO ATO CONVOCATÓRIO/PUBLICIDADES

- d) O objeto da licitação foi discriminado com base na Lei n.º 10.520/2002, Art. 3º, II – No conteúdo discriminado pelo Edital e seus anexos, obedecendo a legislação competente.
- e) Houve publicação do ato convocatório, publicado o Edital em Jornal de grande circulação oficial.
- f) A forma de pagamento adotada, atende a Lei n.º 8.666/1993, Art. 40º - Foi estabelecida no Edital do Procedimento.

6.4 QUANTO ÀS FASES DE HABILITAÇÃO

- a) O valor apresentado pelas empresas vencedoras está coerente com o mercado, segundo a Lei 8.666/1993, Art. 48 – com as propostas de menor preço para melhor produto por item adquirido.
- b) Houve negociação através de lances para obtenção do menor preço de acordo com o Art. 4º, VIII da Lei n.º 10.520/2002 – A negociação através de lance ocorreu conforme o Histórico de Lances.
- c) Ata da Comissão Julgadora, segundo a Lei n.º 8.666/1993, Art. 38, V e 8º da Lei n.º 10.520/2002, Ata de abertura de procedimento licitatório, em que foi classificada uma empresa.

Quarta



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA

Assim, compulsando os autos, temos que o presente procedimento não apresenta vícios nem defeitos, tendo sido observado, em todo o seu trâmite, os comandos normativos regentes, razão pela qual entende este órgão jurídico deva ser o mesmo homologado.

Outrossim, cumpre aduzir que deve ocorrer a publicação do extrato de homologação do presente processo devendo ser publicada no Órgão Oficial de Imprensa, conforme disciplinamento do Art. 61 da Lei n.º 8.666/1993, conforme abaixo:

Decreto n.º 3.555/2000

Art. 21. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

(...)

XII. comprovações da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos a publicidade do certame, conforme o caso.

Lei n.º 8.666/1993

Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas dela Lei e às cláusulas contratuais.

Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus adiantamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no Art. 26 desta Lei. (Redação dada pela Lei n.º 8.883, de 1994).

III. CONCLUSÃO

Por fim, estando este procedimento dentro dos padrões ditados pela Lei, opina esta Assessoria Jurídica pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA DA AQUISIÇÃO**¹ em tela, por meio do Pregão Eletrônico n.º 00002/2023, haja vista o presente processo licitatório ter obedecido regularmente todas as suas fases, havendo, portanto, perfeita adequação da situação fática à previsão legal.

Este é o Parecer que levamos ao conhecimento do Sr Pregoeiro Oficial, para que adote a **Decisão** que entenda mais adequada, devendo:

- a) Haver, se entender regular os atos praticados, realizar a **Adjudicação**, pelo Sr. Pregoeiro Oficial, a **Homologação** pelo Sr. Prefeito Constitucional do Município de Cabaceiras - PB;

¹ O Parecer do Assessor Jurídico, não tem caráter vinculativo, não estando a Administração Pública obrigada a segui-lo, explicando-se pelo fato de que o Parecer Jurídico ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa, orientando e na escolha da melhor conduta



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS
ASSESSORIA JURÍDICA

b) Encaminhar-se o presente processo para os ulteriores procedimentos legais.

É o parecer.

Remeta-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito para apreciação superior.

Cabaceiras - PB, 31 de Janeiro de 2023.

JOSEFA GILZANE LERCIANE CASTRO FARIAS
Assessora Jurídica
OAB/PB 21.109

VIVIANE AMARAL DO Ó
Assessora Jurídica
OAB/PB 20.663